

# Preservar a Petrobras e *recuperar* a indústria do setor

Cumprir essa agenda é essencial para se garantir a retomada da economia nacional e combater o desemprego. O tema foi posto em pauta na reunião realizada em 23 de janeiro, em São Paulo, com a participação do SEESP, da FNE e de diversos representantes da área tecnológica e empresarial. **Páginas 4 e 5**

# Je

Jornal do  
Engenheiro

Steferson Para Agência Petrobras



# Tarefa essencial: recuperar a indústria nacional

A NECESSIDADE DE enfrentar a desindustrialização precoce que assola o Brasil, o que implica mudanças nas diretrizes macroeconômicas e a implantação de uma correta e efetiva política industrial, vem sendo afirmada há tempos pelo SEESP e pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O tema integra o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Desde o ano passado, é também agenda essencial do movimento “Engenharia Unida”, que engloba inúmeras entidades representativas dos profissionais da área tecnológica.

**Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro**  
*Presidente*

*Está clara a necessidade urgente de mudanças que estimulem o setor produtivo brasileiro, que precisa ganhar eficiência, mas não pode ser simplesmente deixado à deriva em benefício das empresas estrangeiras.*

Essa mobilização fortaleceu-se com o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, encabeçada pelo deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL). Ganhou musculatura também a partir da reunião realizada no dia 23 de janeiro, na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo (*leia matéria nas páginas 4 e 5*). Na ocasião, ficou clara a necessidade urgente de mudanças que estimulem o setor produtivo brasileiro, que precisa ganhar eficiência, buscar inovação e

ganhos de produtividade, mas não pode ser simplesmente deixado à deriva em benefício das empresas estrangeiras. Para além de enfraquecer a nossa economia, isso é um ataque à nossa soberania e um impedimento à nossa inserção autônoma na globalização. Essa dinâmica atinge ainda de forma desastrosa a nossa engenharia e os seus profissionais, que também se veem vítimas do resultado mais grave deste quadro: o desemprego que já atinge cerca de 13 milhões de pessoas. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2016, foram eliminados 1,3 milhão de empregos no País. Desses, 322,5 mil foram postos fechados na indústria e 358,7 mil na construção civil. Até novembro passado, na área de engenharia especificamente, o saldo negativo era de 18.272, que se somaram aos 20.743 do ano anterior. Ou seja, mantida a lógica atual, de desnacionalização da produção, exportação de empregos e favorecimento à especulação financeira, eliminam-se as possibilidades de o Brasil alcançar níveis adequados de desenvolvimento. Tal cenário de disfunção econômica, associado a medidas de redução da seguridade social

e de retirada de direitos trabalhistas, pode nos levar a uma situação extremamente negativa, com as condições de vida da população absolutamente deterioradas. Se seguirmos por esse caminho, em vez de avançar o muito que precisamos, retrocederemos ainda mais.

Diante disso, o SEESP – juntamente com a FNE, as demais entidades da engenharia e os representantes do setor produtivo que acreditam na possibilidade de construir uma nação de verdade – defende uma forte mobilização social para fazer com que os poderes constituídos ajam em benefício do Brasil e do seu povo. A “Engenharia Unida” é nossa chave para contribuir nessa luta.

**500!** – O **Jornal do Engenheiro** chega com esta edição ao número 500. Lançada em seu número zero em dezembro de 1980, ainda como *Jornal do Sindicato dos Engenheiros*, o *Jose*, a publicação é o veículo de comunicação pioneiro do SEESP. Ainda hoje, que temos toda uma rede de meios digitais, o **JE** segue sendo fundamental no nosso esforço de divulgação e diálogo com a categoria, as entidades parceiras e a sociedade. Longa vida ao nosso valioso jornal.



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: [imprensa@seesp.org.br](mailto:imprensa@seesp.org.br). Site: [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br). Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Fevereiro/2017. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A  
**ANATEC**  
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



# Concessões das linhas 5 e 17 do Metrô não ajudam a mobilidade da Região Metropolitana

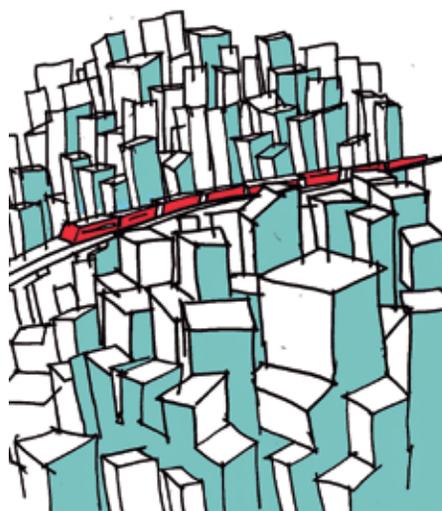
Emiliano Stanislau Affonso

VIVEMOS UM PERÍODO de desindustrialização e de crescimento da agricultura, a qual se destaca por sua eficiência e pouca geração de empregos, impondo pressões adicionais às cidades em um país altamente urbanizado, onde 95% da população paulista e mais de 84% da brasileira moram nas cidades.

No momento de forte recessão, com obras metroferroviárias paralisadas e postergadas, o Governo do Estado de São Paulo dá um passo atrás e propõe uma concessão onerosa em que entrega ao parceiro privado duas linhas metroviárias sem nenhuma contrapartida na sua construção ou implantação, deixando a Linha 17 – Ouro pela metade e a Linha 5 – Lilás sem o compromisso com a expansão até o Jardim Ângela, no extremo sul da cidade.

O modelo da outorga onerosa da prestação do serviço público de transporte de passageiros dessas linhas, aprovado pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), não leva em conta a urgência da expansão da rede metroferroviária, nem a ajuda para a retomada de obras paralisadas. Não haverá qualquer compromisso de investimento privado em ampliação, o que poderia acontecer nas próprias linhas a serem concedidas.

O futuro operador dessas somente deverá operar e manter os dois ramais, recebendo por passageiro, desde que use o sistema, não importando por onde embarcou na rede ou se, por exemplo, tem gratuidade. Caso o governo não entregue as obras nas datas ajustadas, assumirá o pagamento de valores



proporcionais à demanda estimada – no caso, 855 mil pessoas por dia na Linha 5 e 185 mil na 17, acima do previsto.

Ou seja, em momento de crise, em que o Governo do Estado afirma não ter recursos suficientes para entregar o que prometeu no ano de sua eleição, ele simplesmente tira uma linha em operação e implantação por uma das empresas de metrô mais competentes do mundo, a Companhia Metropolitana de São Paulo (CMSP), e entrega dois empreendimentos orçados em bilhões por valores que não chegarão a 5% do custo da obra. Um contrassenso inaceitável.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o sistema metroferroviário transporta diariamente cerca de 7,3 milhões de passageiros, sendo 4,5 milhões pelas linhas metroviárias, com seus parcos 77,4km, e 2,8 milhões pelos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com 258,5km.

De 2010 até 2014, houve um incremento dos passageiros transportados de 27,5%, sem o necessário aumento da malha. Ocorreram modernizações e melhoria do serviço prestado pela CPTM, porém, a malha me-

troviária está crescendo a um ritmo muito abaixo do necessário, com uma média de apenas 1,6km/ano, transformando-a na mais densa do mundo, com dificuldades de atender a demanda de seus usuários.

A questão da mobilidade na RMSP deve ser tratada como prioridade. Os congestionamentos são caóticos e trazem sérias consequências para a economia. A política de mobilidade adotada tem favorecido o transporte individual. A Pesquisa Origem e Destino de 2012 mostrou que, para o aumento da população de 2%, entre 2007 e 2012, houve um acréscimo de 18% na frota de automóveis. Mais carros, mais motos, mais caminhões, mais ônibus e mais poluição.

Aparentemente preocupado com a questão, o governo em 2014 mostrava uma rede “em andamento”, expandindo a malha metroferroviária em 129,6km, sendo 107,6km de metrô, que atenderiam mais 4 milhões de passageiros nos dias úteis. Em 2015, ele apresentou a rede reduzida para 96,9km, o que deixaria de atender 1,2 milhão de passageiros nos dias úteis, o que poderá comprometer a eficiência da rede. No final de 2016, a maioria dessas obras encontrava-se reduzida ou parada.

A concessão das linhas 5 e 17 à iniciativa privada certamente não é a solução. Precisamos nos mobilizar, buscar parceiros, fazer alianças, propor caminhos e ações, trabalhar na construção de um futuro com mais mobilidade, promissor para o crescimento das nossas cidades, do nosso Estado e do nosso País.

Leia artigo na íntegra em  
<https://goo.gl/kwXHrq>

Emiliano Stanislau Affonso  
é engenheiro, especialista em mobilidade urbana, diretor do SEESP

## TROCA-TROCA



Sua ART pode beneficiar o  
Sindicato dos Engenheiros



Apoio:  
**CREA-SP**

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Anuncie para os engenheiros  
do Estado de São Paulo

Veja como em [www.seesp.org.br/publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)  
ou pelos telefones: (11) 99173-0651 / (11) 3284-9880

# Engenharia Unida *contra o des*

Soraya Misleh

DIANTE DAS MEDIDAS anunciadas recentemente em relação a petróleo e gás, lideranças da área tecnológica e empresarial se reuniram para discutir ações em prol da soberania nacional. No encontro, realizado em 23 de janeiro, na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), na Capital, o presidente do SEESP – que também está à frente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) – conclamou os presentes à unidade em defesa da engenharia brasileira, na direção da retomada do crescimento e desenvolvimento.

Na visão de especialistas e técnicos da área, o oposto do que está sendo propugnado para a Petrobras, sob a falácia de que essa é a solução para sanar a situação financeira da companhia. Entre as medidas preocupantes, o anúncio de “programa de desinvestimentos” no total de US\$ 34,6 bilhões até 2018, feito pelo atual presidente da empresa, Pedro Parente.

“A dívida da Petrobras, assim como todos os seus números, é expressiva (*segundo dados oficiais relativos ao terceiro trimestre de 2016, situa-se em R\$ 325,6 bilhões*). Mas a mídia exagera. Afirma que a companhia está falida, quebrada, já era. Isso é mentira. A Petrobras tem hoje em caixa cerca de US\$ 24 bilhões, segundo afirmaram seu diretor financeiro Ivan Monteiro e o próprio Pedro Parente há 15 dias, recursos suficientes para atender todos os seus compromissos nos próximos 30 meses, sem necessidade de captação no mercado financeiro”, enfatiza o engenheiro Ricardo Maranhão. Conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), agraciado

Medidas anunciadas pelo governo são deletérias à sociedade. Patrimônio público, empresa não está quebrada, apontam especialistas.



Reunião na Abimaq, na Capital, em 23 de janeiro, inaugura movimento unificado em defesa da Petrobras e do interesse nacional.

com o prêmio Personalidade Profissional 2016 em Engenharia pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), ele lembra que, em meio a essa falsa informação de falência, a empresa recebeu, pela terceira vez, o “maior prêmio concedido à indústria de petróleo”, o *OTC Distinguished Achievement Award For Companies, Organizations* – em reconhecimento às tecnologias de ponta desenvolvidas para a produção da camada pré-sal. Para Maranhão, outro exemplo de que a companhia não está quebrada é que continua a ter facilidades na obtenção de financiamentos e atratividade. Recentemente, observa, “a empresa lançou títulos no mercado americano. A ideia inicial era colocar US\$ 2 bilhões. A receptividade foi tanta que esse volume passou a US\$ 4 bilhões”.

## Desnecessária e prejudicial

O especialista é categórico: “A venda de ativos é não só desnecessária, como prejudicial aos acionistas e trabalhadores da companhia, aos consumidores e ao País. E mesmo se fosse inevitável, está sendo feita na pior hora possível, em que os preços do barril de petróleo estão deprimidos e há excesso de ativos no mercado.”

Segundo ele, o corpo técnico apresentou diversas alternativas para equacionar a situação financeira, sem precisar recorrer à venda de ativos. Uma delas é explicitada por Diomedes Cesário da Silva, engenheiro de equipamentos da Petrobras há mais de 40 anos: alongar o perfil da dívida até 2021 e manter as atividades, garantindo geração de caixa, considerando também os resultados que advirão das plataformas novas. Agraciado pelo SEESP em 2016 com o prêmio Personalidade da Tecnologia em Energia, ele lamenta que essa solução, assim como os alertas feitos anteriormente ao Conselho de Administração da Petrobras não foram levados em conta. O corpo técnico enviou uma série de documentos e cartas no combate à ingerência política – inclusive “crachás de aluguel” (termo que empresta do professor da Universidade de São Paulo e ex-diretor da Petrobras Ildo Sauer, o qual define como pessoas da alta direção que receberam comissão de líderes políticos para atuar em defesa de



Ronaldo Lessa, César Prata, Murilo Pinheiro e o presidente executivo

interesses privados) – e ao mau planejamento, que culminaram na dívida atual.

O remédio anunciado não corrige esses equívocos, mas aprofunda: “O que está sendo feito é incorreto. Estão vendendo ativos estratégicos, como a malha de gasodutos entregue à multinacional Brookfield por cerca de US\$ 5 bilhões. Mais de 90% dessa malha é utilizada pela própria Petrobras, para movimentação de gás. Cria-se um oligopólio privado, e a companhia ficará em suas mãos. Terá agora que pagar pelo uso. Pode-se alegar que seria possível construir outro ou recomprar no futuro. Seria refazer um investimento, e muito mais elevado”, aponta Cesário. Na mesma linha, estão sendo colocados à venda campos de petróleo em plena produção. “Para uma empresa australiana, querem vender Baúna, no Espírito Santo, cuja geração é de 45 mil barris por dia. Significará uma perda de receitas de US\$ 1 bilhão. Como pagar dívida abrindo mão de receita?”, questiona Maranhão.

Conforme ele, o processo está recheado de ilegalidades. Fere princípios constitucionais e desconsidera o compromisso da Petrobras para com a sociedade – o que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a suspender algumas das operações previstas. “Pedro Parente mandou fechar a usina de biodiesel de Quixadá, no Ceará. Serão 170 desempregados, cerca de mil famílias de pequenos agricultores fornecedores da matéria-prima (mamona) desamparadas, aprofundamento dos desníveis regionais de

# monte da Petrobras



o da Abimaq, José Velloso: chamado à "Engenharia Unida".

desenvolvimento, uma ação contra a sustentabilidade. A região ficará mais pobre ainda”, critica o ex-presidente da Aepet. Outro exemplo negativo citado por ele é a venda da petroquímica de Suape, em Pernambuco, para a mexicana Alpek e a aprovação de projeto de lei do Senado que acaba com a exclusividade da Petrobras como operadora dos consórcios que atuarão na camada pré-sal. Descoberta em 2006 e já produzindo dois anos depois, segundo Maranhão, essa deve ter reservas em torno de 180 a 280 bilhões de barris de petróleo. “Estamos falando de algo entre US\$ 18 e 28 trilhões. Vamos perder o controle sobre isso.”

Essas medidas vão ao encontro do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 da companhia, que, conforme Maranhão, retira sua atuação em áreas estratégicas – como biodiesel, petroquímica, gás natural e etanol. Ele vaticina: “Vai esvaziar e comprometer seu futuro. Não contribui em nada para a soberania nacional, aumenta a dependência de capital estrangeiro. Não tenho a menor dúvida de que, sob o eufemismo de ‘desinvestimento’, estão privatizando a Petrobras, aos pedaços.”

Nesse quadro, os trabalhadores são fortemente afetados. O clima é de insegurança, como ressalta o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Zé Maria. A empresa abriu dois planos de demissão voluntária (PDVs), com o objetivo de alcançar 20 mil empregados, entre eles técnicos expe-

rientes. “Essa área congrega agora entre 45 e 50 mil, já saíram perto de 15 mil. Tal competência deve ser retida e passada aos jovens, não o contrário. A história mostra que após um grande PDV, aumentam os acidentes. Estão sepultando a engenharia brasileira. É preciso responsabilizar os gestores.”

## Desnacionalização

César Prata, presidente do Conselho de Óleo e Gás da Abimaq, apresentou na reunião do dia 23 as preocupações principais do setor, todas vinculadas à perda de capacitação técnica e ausência de conteúdo local nos investimentos a serem feitos. A partir das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), explicou ele, companhias estrangeiras podem se instalar, explorar e processar petróleo no Brasil, com isenção de tributos. Citou como exemplo o caso de Pecém, no Ceará, em que se instituiu uma usina siderúrgica coreana. “Consumem matéria-prima local e depois exportam aço para a Coreia.” Segundo Prata, a linha do governo é “repetir essa receita em mais 21 projetos, como no Maranhão, com a China”. O representante da Abimaq criticou o programa de concessões à iniciativa privada, sem contrapartida para garantir os interesses nacionais. “Em petróleo, está havendo uma espécie de desnacionalização de tudo o que nos interessa.”

Ele citou ainda a discussão de um marco regulatório para o setor, cuja proposta inicial, que não asseguraria conteúdo local, foi bloqueada por iniciativa de uma coalizão formada por entidades da indústria do segmento. Denominado Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), está agora em negociação. Outro problema diz respeito à isenção tributária total a companhias estrangeiras, a partir da proposta de renovação do Repepro. Instituído nos anos 1990, trata-se, segundo explicou Prata, de um regime para renúncia fiscal ao setor de petróleo. “Alertamos o governo que esse embute um viés importador, inclusive da engenharia.” Outro motivo de preocupação é o chamado *waiver*, relativo à liberação de se utilizar conteúdo local. “Isso afetou um

monte de gente, com montanhas de encomendas e empregos passando por fora do País”, revelou Prata. Conforme informou o presidente do conselho da Abimaq, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (Sinaval) entrou com ação judicial contra essa medida. Os presentes à reunião manifestaram apoio à medida e a disposição de se associarem a ela. Por fim, o anúncio feito em 11 de janeiro de que empresas nacionais não poderão participar da licitação relativa à retomada das obras de construção da unidade de processamento de gás do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Utilizando como pretexto a Operação Lava Jato, “a Petrobras convidou 30 empresas, todas estrangeiras”. Para Murilo, as investigações em curso devem continuar, mas não podem servir como justificativa para se abrir mão do patrimônio público e da engenharia nacional.

“Inaceitável.” Assim classificou essa medida, que considera o estopim que motiva uma luta fundamental, o coordenador da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL). Salientando a importância da reunião na Abimaq, ele vaticinou: “Aqui começa a ‘Engenharia Unida’ (referência ao movimento lançado em março de 2016 pela FNE, que propugna por ampla coalizão em prol do País). O Congresso Nacional deve ser uma caixa de ressonância à sociedade das demandas necessárias. É importante essa aliança, essa inteligência subsidiar o Legislativo e contribuir (com a frente).”

Entre os encaminhamentos desse encontro estão: manutenção da engenharia unida; elaboração de manifesto contra o desmonte do segmento e com as reivindicações da categoria; informação sobre a situação do setor e a Petrobras; tentativa de envolver governadores dos estados; agendamento de reuniões com os ministérios de Minas e Energia e Fazenda, bem como com o Presidente da República; e um calendário de novos encontros. O próximo está marcado para 9 de fevereiro, em Brasília, aproveitando reunião da Frente Parlamentar. “Vamos utilizar esse palanque para intervir e apresentar saídas. Temos que preservar nossas empresas”, concluiu Murilo.

Regério Reis/Agência Petrobras



## A companhia em números

O dado que tem sido divulgado é a dívida da Petrobras – no terceiro trimestre do ano passado, equivalente a R\$ 325,6 bilhões. Porém, a situação da empresa não pode ser avaliada sem considerar o conjunto.

Conforme o engenheiro Ricardo Maranhão, a última gestão deixou em caixa US\$ 24 bilhões. A empresa fechou 2016 com alta na exportação, recordes em produção, queda no endividamento líquido de 17%, novas plataformas e poços marítimos. Alguns números dessa gigante do petróleo:

- Reservas provadas\* - 12,514 bilhões de barris de óleo equivalente
- Produção média no Brasil\* - 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (na camada do pré-sal, 1,02 milhão/dia)

\*Inclui gás natural

Fonte: Site da Petrobras (www.petrobras.com.br)



# Trabalhar mais EM PIORES CONDIÇÕES

Rosângela Ribeiro Gil

ENCAMINHADO AO Congresso Nacional pelo governo federal em 23 de dezembro último, se aprovado, o PL 6.787/2016 deve culminar em precarização das relações do trabalho no Brasil. É o que apontam especialistas como Germano Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e juiz na 6ª Região (PE), e Wiliam Bedone, vice-procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em São Paulo.

Para o primeiro, é um projeto “desnecessário, quando se sabe que a urgência no Brasil é a recuperação econômica, que não tem nada a ver com a CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*). Só acredita nessa bravata quem é desinformado ou está de má-fé”.

Bedone endossa a crítica. Para ele, a tragédia atual do País é o crescimento do número de desempregados, hoje em cerca de 13 milhões, que precisa ser estancado. “Essas medidas não estimularão a contratação, pelo contrário, vão facilitar novas demissões”, alerta. O juiz define como uma das “maiores inverdades culpar a lei trabalhista pelo desemprego”. Ele argumenta: “Em 2003, essa taxa era de 12,4% e em 2013 chegou a 5,4%, em uma rota sempre decrescente, segundo o IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), tendo como pano de fundo os bons números da economia. Mesmo durante os governos Sarney, Collor e Itamar, chegou a haver momentos de taxas razoáveis de desemprego (abaixo dos 10%), com a economia em recessão.”

Na concepção de Siqueira, o que se pretende, na verdade, “é ter uma legislação, se possível, baseada em acordos coletivos, que reduza garantias e direitos e maximize o lucro, aumentando ainda mais as diferenças sociais em um país já tão desigual”. Ele se refere à nova redação do artigo 611-A do PL, que dá aos acordos e convenções de trabalho “força de lei”. O item também é atacado pelo procurador paulista: “A lei trabalhista, em qualquer país do mundo, é um patamar mínimo de constituição de direitos que poderá ter acréscimo com as normas coletivas. Com essa mudança, vai se permitir que o negociado fique aquém do que está na lei.”

Bedone lembra que os direitos coletivos no Brasil existem desde o início dos anos 1930, e em 1943 tem-se a promulgação da CLT. “Estamos jogando no lixo uma história de mais de 80 anos.” Para o procurador, não se pode invocar igualdade de forças à mesa de negociação. “As categorias estarão sujeitas a qualquer coisa.” Uma de suas grandes preocupações é com relação ao aumento da jornada de trabalho e à redução do intervalo intrajornada de, no mínimo, uma hora para 30 minutos.

Siqueira salienta que a limitação de jornada em oito horas diárias, intervalo mínimo de uma hora para repouso e gozo de férias “não são meras conquistas econômicas dos trabalhadores, para serem monetizadas. Destinam-se a proteger a saúde dos que empregam suas energias em condições às vezes muito hostis”. Bedone ressalta que o PL 6.787 não leva em conta que a “grande maioria da mão de obra é braçal e está no chão de fábrica”. “Precisamos entender de qual Brasil estamos falando nessa reforma, dos ricos ou dos pobres. Estender a jornada diária de oito para 12 horas cria riscos excessivos. É um absurdo.” Para ele, a ideia dessa medida é “manter quem está empregado e fazê-lo trabalhar como um cavalo”.

## Articulação

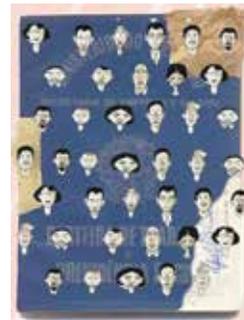
O movimento sindical vem realizando reuniões regulares para discutir o PL com a assessoria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e definir um calendário de ações contra o projeto governamental. Airton dos Santos,

assessor técnico desse órgão, que vem acompanhando esses encontros, observa que os sindicatos nunca se negaram a discutir qualquer assunto relacionado à Previdência Social ou aos direitos trabalhistas. “Mas o que o governo está fazendo é impor um ponto de vista que não é o da sociedade, mas da Fedbraban (*Federação Brasileira de Bancos*) e da CNI (*Confederação Nacional da Indústria*). E isso não dá para aceitar.”

Confira a íntegra do PL 6.787/2016 em <https://goo.gl/ur0lgs>

## PL 6.787/2016 trata dos seguintes assuntos:

1. Representação no local de trabalho.
2. Prevalência do negociado sobre o legislado nos seguintes direitos: parcelamento das férias em até três vezes, com pagamento proporcional aos respectivos períodos, sendo que uma das frações deve corresponder a pelo menos duas semanas de trabalho; jornada de trabalho com limitação de 12 horas diárias e 220 horas mensais; participação nos lucros e resultados (PLR); horas *in itinere* (deslocamento); intervalo intrajornada (limite mínimo de 30 minutos; hoje é de uma hora); ultratividade dos instrumentos coletivos (fim da extensão de acordo ou convenção após sua expiração); plano de cargos e salários; adesão ao Programa de Seguro-Emprego (PSE); banco de horas; trabalho remoto; remuneração por produtividade; e registro de jornada de trabalho.
3. Aumento da multa pelo não registro de trabalhadores.
4. Alteração no contrato de trabalho temporário.
5. Alteração nas regras do trabalho em regime de tempo parcial.



Beatriz Arruda

Bedone critica PL 6.787/2016: não estancará o desemprego e prejudicará os trabalhadores, com aumento da jornada e retirada de direitos.

## Opinião

## Muito além do currículo

O primeiro pensamento que vem à cabeça quando se fala em emprego é o currículo, porque é por meio dele que o profissional se apresenta. Mas é necessário ir além desse instrumento quando o assunto são estratégias para chegar ao mercado de trabalho.

A grande sacada na busca de emprego hoje é a dinâmica entre conhecimento e habilidades, e isso vai muito além do currículo e de enviá-lo para diversos contatos e oportunidades. A hora requer atualização no sentido de autoanálise e desenvolvimento de habilidades importantes para viver bem no dia a dia e obter resultados mais positivos tanto no campo profissional como no pessoal.

A capacidade de resolver problemas não é uma competência só para se exercitar no trabalho, mas também fora dele. Se sua meta pessoal para este ano é se recolocar no mercado, não se esqueça das competências necessárias como: estar aberto para aprender, curiosidade, saber ouvir, ter pensamento crítico, tomada de decisão, flexibilidade, dinamismo, humildade etc..

Os conhecimentos que mais podem ajudar neste momento de desemprego elevado estão relacionados ao planejamento, que funciona como um guia para se alcançar o que se quer e ao *marketing* pessoal. Este último fortalece a sua “marca”. Assim, fique atento a sua imagem, ao conteúdo e à postura que passa para as pessoas, saiba seus pontos fortes e exercite sua liderança.

A melhor estratégia para se recolocar no mercado tem como base a tríade: conhecimentos, habilidades e currículo.

Mariles Carvalho é psicóloga e coordenadora do setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP. Contatos: [emprego@seesp.org.br](mailto:emprego@seesp.org.br), [oportunidades2@seesp.org.br](mailto:oportunidades2@seesp.org.br) e [oportunidades@seesp.org.br](mailto:oportunidades@seesp.org.br) e telefones (11) 3113-2666/2669/2674.

## Como se comportar numa entrevista digital

A TECNOLOGIA DA informação veio para ficar e mudar muitas relações, pessoais e profissionais. Nesta última, como informa a *headhunter* Luciana Tegon, sócio-diretora da Consultants Group by Tegon – empresa especializada em recrutamento, seleção, *outplacement* e recolocação –, a entrevista *online*, por exemplo, é usada há pelo menos dez anos nos Estados Unidos. “Ferramentas de comunicação, no computador, *tablet* ou celular, se tornaram grandes aliadas das empresas para recrutamento.” Nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, ela aborda o tema e dá algumas dicas importantes aos profissionais.

## O que é entrevista digital?

Essa solução começou a ser utilizada para otimizar o tempo, conhecer candidatos que estão a longas distâncias e também por conta dos atrasos das grandes metrópoles. Hoje, no Brasil, o número de entrevistas digitais está em ascensão, mais usualmente pelas videoconferências ou *hangouts*, justamente para reduzir o tempo de busca de profissionais, que chega a cair de 25 para apenas sete dias. Além disso, podemos entrevistar bons candidatos que estão atualmente empregados e não conseguiriam deixar o local de trabalho para participar.



## Como o profissional deve se preparar?

Como qualquer processo seletivo, há regras de comportamento, mesmo que se esteja no conforto de casa. As dicas são:

## 1. Ambiente da entrevista

É importante ter bom isolamento acústico, silencioso e arrumado. Não é interessante a câmera captar uma cama desarrumada, roupas pela casa – caso seja um quarto – ou brinquedos das crianças em desordem.

## 2. Conexão de internet e equipamentos

A conexão precisa ser regular para que não afete a entrevista. Há casos em que a videoconferência é interrompida por falha de conexão e isso compromete o tempo do candidato. Equipamentos de som e microfone devem ser conferidos antes.

## 3. Não atrase

Como qualquer entrevista, combine um dia e horário e seja pontual.

## 4. Imagem é importante

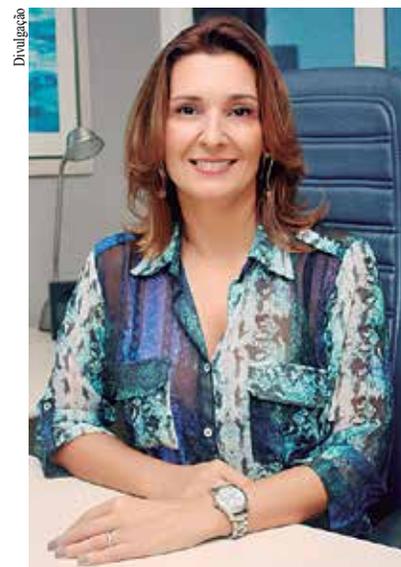
Estar bem apresentado, assim como numa entrevista presencial, é importante para passar uma boa impressão e responsabilidade.

## 5. Naturalidade

Treine seu discurso e aja naturalmente com o recrutador. Evite falar demais ou ser disperso. Estar preparado para as perguntas é a melhor opção. Estude e seja você mesmo!

## 6. E-mail e foto

Certifique-se que seu *e-mail* é adequado e que a foto de perfil não está informal demais. Além do vídeo, recrutadores observam o comportamento virtual dos candidatos.



Luciana Tegon diz que entrevistas digitais têm reduzido tempo de busca de profissionais.

## Qualificação

## Pós-graduação em TI com ênfase em inovação

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) – faculdade mantida pelo SEESP – programou vários cursos de pós-graduação para 2017. É o caso da especialização em Tecnologia da Informação (TI) com foco em inovação.

Nas últimas décadas, a sociedade passou por uma revolução que incorporou incontestáveis recursos tecnológicos ao dia a dia.

Dominar o conhecimento desses é essencial para quem trabalha no mercado de TI. Os alunos terão acesso ao conhecimento da gestão desses recursos tecnológicos e do domínio das mais recentes inovações implementadas no segmento. Saiba mais sobre esse curso e outros pelo telefone (11) 3254-6850, pelo *e-mail* [pos@isitec.edu.br](mailto:pos@isitec.edu.br) ou no *site* [www.isitec.edu.br](http://www.isitec.edu.br).



## Isitec e APM assinam convênio para curso a gestores municipais

No dia 24 de janeiro, foi firmado convênio de cooperação entre o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) e a Associação Paulista de Municípios (APM) para a realização do curso a distância “Gestão municipal em iluminação pública no Estado de São Paulo”. Com início previsto para este semestre, tem como público-alvo prefeitos, servidores públicos ou funcionários de cargos comissionados. O obje-

tivo é atender a demanda do setor, cujos ativos (luminárias, lâmpadas, relés e reatores) vêm sendo transferidos para os municípios, atendendo o artigo 218 da Resolução Normativa nº 414 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 9 de setembro de 2010.

O valor do curso será de R\$ 600,00 (para associados ao SEESP e à APM) por aluno, com direito a certificado. Para não associados, R\$ 900,00.



Jessica Silva

Os presidentes do SEESP, Murilo Pinheiro, da APM, Carlos Cruz, e o diretor do Isitec, Fernando Palmezan, durante assinatura do convênio.

## Inscrições abertas para pós em Engenharia de Segurança

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) e as delegacias sindicais do SEESP no interior paulista inauguram em março a pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, com carga de 680 horas e duração de dois anos. Em Campinas as aulas começam no dia 10, com aulas ministradas na sede da delegacia; em São José do Rio Preto, dia 17; em Itapetininga, que integra a dele-

gacia em Sorocaba, 24; e em Bauru, 31. Na Capital, a pós será oferecida a partir de 10 de abril.

As inscrições para o curso, que tem a coordenação técnica do professor Celso Atienza, vice-presidente do SEESP, estão abertas e podem ser feitas nas Delegacias Sindicais ou no Isitec. As aulas ocorrerão quinzenalmente, às sextas-feiras à noite e aos sábados pela manhã e tarde.

O preço será de 24 parcelas de R\$ 700,00, no Interior, e de R\$ 900,00, na Capital. Associados ao SEESP têm 10% de desconto. Mais informações pelo telefone (11) 3254-6850 ou e-mail pos@isitec.edu.br.



## SEESP DISCUTE CONJUNTURA E AÇÕES NAS DELEGACIAS SINDICAIS

Com o objetivo de discutir iniciativas prioritárias para este ano, o sindicato vem realizando diversos encontros em suas delegacias sindicais, no interior paulista. A primeira reunião ocorreu no dia 13 de janeiro último, na Baixada Santista. No dia 16, realizou-se em Jacareí e em Pindamonhangaba.

Nessas ocasiões, o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, vem apresentando breve balanço da atuação sindical da categoria em 2016 e salientando a importância do envolvimento das regionais para se avançar e evitar retrocessos. Assim, tem destacado que “vivemos uma situação extremamente delicada no País, temos uma metralhadora giratória apontada para nós, com ataques aos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais. Isso nos obriga a uma discussão ainda maior, amplia nossa responsabilidade de participarmos para sairmos da crise”. Em



Encontro regional em Pindamonhangaba, em 16 de janeiro.

Jacareí, Murilo conclamou: “É necessário ampliar a representatividade e a inserção no debate das questões locais e regionais, bem como atrair jovens para essa ação.”

Entre as ideias apresentadas no encontro de Pindamonhangaba estão: atuação sistemática junto à Câmara Municipal para acompanhar os assuntos da engenharia, bem como nas cidades abrangidas pela regional, como Roseira e Moreira César (Distrito); ampliar divulgação do sindicato; visitar faculdades para apresentar

a entidade, juntamente com a coordenação do Núcleo Jovem; e oferecer cursos do Isitec aos profissionais na região.

No dia 18, a reunião ocorreu nas delegacias sindicais em Guaratinguetá e em Taubaté. No dia 19 de janeiro, em São José dos Campos, quando foram discutidos vários temas, desde a situação econômica e política do País ao aumento da organização sindical e de associados na regional. Em 24 de janeiro, foi a vez da Delegacia no Alto Tietê.

## Abes divulga estudo sobre condições de saneamento do País

Dez anos após a promulgação da Lei 11.445, conhecida como Marco Regulatório do Saneamento Básico, um estudo realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), divulgado em meados de janeiro, aponta melhora na situação do saneamento no País, porém avanços tímidos em algumas regiões. É o que também demonstra o “Cresce Brasil – Cidades”, apresentado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2016 ([www.crescebrasil.com.br](http://www.crescebrasil.com.br)).

O estudo “Situação do saneamento básico no Brasil – uma análise com base na Pnad 2015” constata que 29 milhões de pessoas permanecem sem acesso a abastecimento geral de água, 69,2 sem acesso a esgotamento sanitário por rede e 20,5 sem coleta de lixo. Confira o levantamento completo em <https://goo.gl/sPQjoj>.

## Campanha salarial

CPTM – Os engenheiros aprovaram a pauta de reivindicações para a campanha salarial 2017, em assembleia realizada no dia 18 de janeiro, na sede da Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, no Bom Retiro. Essa foi protocolada na empresa no dia seguinte, visando o início das negociações. Entre os itens, destacam-se: reposição da inflação do período, com base no maior índice apurado; e 5% de aumento real.



## Diretoria da Aeamesp será empossada em fevereiro

Os novos integrantes da Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp) tomam posse no dia 13 de fevereiro, às 19h, na sede do SEESP, na capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista). A gestão, para o triênio 2017-2019, tem como presidente Pedro Armante Carneiro Machado.